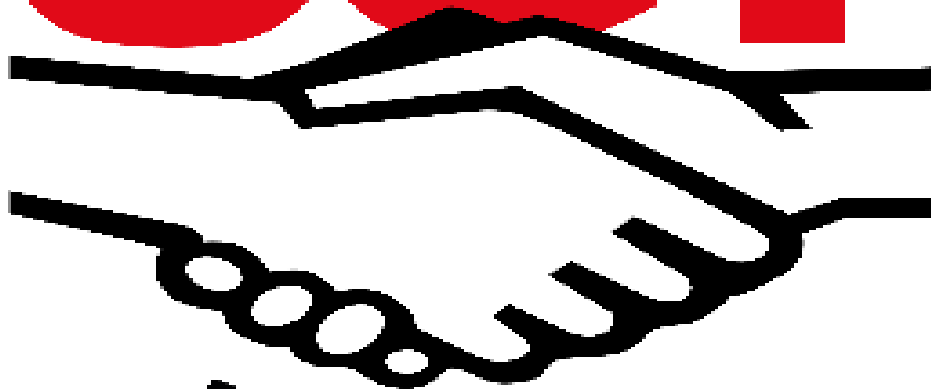




**UGGT**



**MADEIRA**

**Resolução do  
Conselho Geral  
15 de Maio de 2021**

Rua Cooperativa Agrícola, Bloco B, 5º B. 9050-017 Funchal

291 224613 - [ugt.madeira@gmail.com](mailto:ugt.madeira@gmail.com)

A UGT Madeira saúda o trabalho e a competência dos trabalhadores dos Serviços essenciais, que pela sua ação nos fizeram desfrutar dos atuais indicadores de saúde e assim preparar as condições para uma fase de recuperação económica e social, que esperamos seja de um progresso justo e sustentável.

Vivemos num tempo singular, onde fruto de uma pandemia nos defrontamos com uma crise sanitária, que nos conduziu a uma crise económica e social, que temos de ultrapassar rapidamente.

O número daqueles que foram sujeitos ao desemprego é inaceitável, assim como é inaceitável o aumento da pobreza.

Com a forte travagem na economia, os mais débeis, os precários, os trabalhadores intermitentes, os falsos trabalhadores por conta própria, encontram-se em condições sociais de emergência, pois muitos foram empurrados para despedimentos ilegais, chantageados a meterem baixa ou férias e algumas empresas fecharam portas sem pagar indemnizações, salários do mês e sem emitir declarações de acesso ao desemprego.

Na RAM, assistimos a um significativo aumento destes fenómenos, liderando um ranking nacional que certamente dispensaríamos.



Ao longo deste famigerado tempo, os trabalhadores Madeirenses e Portosantenses e seus representantes, não mereceram, na RAM, um tratamento de parceiro social, que as boas práticas aconselham e promovem.

Ao contrário do que tem acontecido, na república, o poder regional, não partilhou com os parceiros sindicais, nem a análise dos mais variados aspetos pandémicos, nem tão-pouco quanto aos aspetos dos planos de recuperação e resiliência e outros mecanismos que foram utilizados no combate à problemática económica.

Já o mesmo não aconteceu, quando falamos dos parceiros sociais patronais, onde para o governo regional, foi notória a preocupação e participação destes nas medidas desenhadas ou a desenhar para o futuro.

Mantemos a posição de que coletivamente, tudo devemos fazer para recuperar a economia e garantir-lhe uma resistência, com sustentabilidade para os desafios que enfrentamos.

Entendemos, mesmo, que deveremos criar as condições para uma verdadeira política económica, sustentável ambientalmente e capaz de ser competitiva e com capacidade de garantir uma produtividade. Mas sempre garantindo o respeito pelo trabalho digno e uma política de proteção das pessoas, por forma que os novos desafios tecnológicos, da nova geração das tecnologias, da digitalização, da robotização, da Inteligência Artificial, não originem um novo mar de marginalizados e explorados do sistema.

A política redistributiva, a política reformista e humanista, deverá garantir a estabilidade política e social no futuro evitando a destruição de empregos de modo a que as famílias possam manter os seus rendimentos para que se possa retomar de forma progressiva a atividade económica.

Lutar pois pelos direitos das pessoas e dos trabalhadores em particular, desde há muito, é matéria urgente, sobretudo nestes tempos complexos e difíceis em que vivemos.

Hoje, mais do que nunca é urgente lutar!

A desregulação, a ganância, muitas vezes vem encoberta de aparentes vantagens, que vistas de perto são meras vantagens para só alguns em oposição à grande maioria dos trabalhadores.

Somos hoje confrontados com novos desafios no mercado de trabalho e da sua organização. São inúmeros os sinais que indicam que o ataque os sindicatos e à sua credibilidade e ação, mais não é que um processo de tentativa de enfraquecer os trabalhadores na sua capacidade de organização e luta por melhores salários e melhores condições de trabalho e vida.

Hoje, estão presentes no mercado de trabalho, novos trabalhadores de sectores nos quais os sindicatos têm tido dificuldade em ajudar na sua organização e luta. São disso exemplos os muitos falsos trabalhadores por conta própria, assim como os das plataformas digitais e de novos postos de trabalho, onde se pretende que seja a casa do trabalhador a substituir o posto na empresa, ou em ambiente de coworking. Factos esses que não podemos

acompanhar. Um dos nossos desafios será ultrapassar esses constrangimentos.

Com uma maior incidência de trabalhadores em teletrabalho, constatamos que continuam por regulamentar inúmeros aspetos desse tipo de trabalho e que continuam a estar os trabalhadores sujeitos a um aumento de despesas, por vezes mesmo em equipamentos, desde a cadeira á secretaria, ao computadores, já não falando nos custos de internet e energia, que não foram satisfeitas pelos empregadores, assim como falta regular aspetos tão importantes como o direito a desligar, a garantir a privacidade, a não discriminação, os apoios em caso de acidentes de trabalho, etc. Tal acontece, tanto no sector público como no privado. Na Administração pública regional, não foram dados os passos possíveis, dentro das competências próprias, que permitiriam minimizar essa realidade.

Igualmente, teremos de melhor responder aos desafios da presença de trabalhadores intermitentes, conferindo-lhes mais direitos, assim como garantir a não desregulação dos Trabalhadores de empresas de trabalho temporário. Nem tão-pouco podemos esquecer os trabalhadores das concessões que com a cessação desse contrato, muitas vezes não vêm garantidas as transições para o novo concessionário.

A chamada economia social, pese a sua importância, desfruta de uma má cobertura sindical e a prática a que assistimos é de um desrespeito pela contratação coletiva e diálogo social. Pese muitos viverem, com subsídios com origem no erário público, o papel de exigência, de transparência, tem sido esquecido, alimentando muitas vezes uma “zona branca” nos direitos e ga-

rantias dos trabalhadores, sem que as entidades que os subsidiam tenham procurado garantir as boas práticas laborais e sociais.

Por tudo o exposto e considerando que as condições, pandémicas, económicas e sociais, foram ao longo do ano, caminhando para níveis que são preocupantes e que no entretanto foram propostos, novos instrumentos para permitir preservar postos de trabalho, empresas e preparar melhor o nosso futuro coletivo, entendemos atualizar a nossa proposta reivindicativa e voltar a exigir um acordo para o futuro e para o funcionamento da Comissão Permanente da Concertação Social.

Voltaremos a solicitar ao Governo Regional da Madeira, uma reunião com carácter de urgência para clarificar as matérias que nos preocupam e tentar obter uma posição clara da vontade do Governo Regional, no desenvolvimento do diálogo social e em que modelo.

Funchal, 15 de Maio de 2021

**Aprovado por Unanimidade**

**O Conselho Geral**

